

READAPTAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES COMO UMA PROMESSA QUE NÃO SE CUMPRE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA
FUNCTIONAL READAPTATION OF TEACHERS AS A PROMISE NOT FULFILLED: AN ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION

Grazielle Alves AMARAL¹
Ana Magnólia Bezerra MENDES²

RESUMO: Esse estudo, de natureza teórica, buscou apresentar um mapeamento sobre os estudos de readaptação profissional no cenário científico brasileiro, por meio de buscas nas bases de dados Scielo, PePSIC e Domínio Público. Foram encontrados 14 trabalhos, a maioria de natureza qualitativa. O número reduzido de estudos sobre esse tema contrasta com a dimensão do problema do adoecimento no trabalho. A classe profissional mais estudada foi a de professores, corroborando com o aumento do índice de adoecimentos entre docentes. Dentre os temas trabalhados, a maioria dos estudos analisou o sentido da readaptação para os readaptados ou avaliou o processo de readaptação. Apenas um estudo buscou convergir pesquisa com intervenção. Os estudos mostram que a forma como têm sido conduzidos os processos de readaptação, na maioria das vezes desconsiderando o contexto laboral que gerou o adoecimento e culpabilizando o trabalhador, tem agravado seu estado de saúde. Assim, a promessa da readaptação no sentido de promoção da saúde do trabalhador não se cumpre. Sugere-se uma agenda de pesquisas que proponham intervenções que vislumbre perspectivas de melhorias das condições de trabalho e de saúde da classe docente, incluindo investigações sobre reabilitação profissional entre professores de escolas particulares.

PALAVRAS-CHAVE: Readaptação profissional. Revisão de literatura. Trabalho docente.

ABSTRACT: This study, theoretical in nature, aimed to present a mapping of professional readaptation studies in the Brazilian scientific scenario through searches at databases of Scielo, PePSIC and Public Domain. Were found 14 studies, most qualitative nature. The small number of studies about this subject contrasts with the extent of the problem about illness at work. The most professional class studied was the teachers, which corroborates with the increase in rate of illness among teachers. About the themes worked, most of the studies analyzed the meaning of readaptation for readapted works or evaluated the process of readaptation; others traced a profile of

¹ Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Jataí - Unidade de Ciências Humanas e Letras. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UNB). Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestrado em Administração pela FEAD Minas. Endereço eletrônico: graziamaral@yahoo.com.br.

² Professora da Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - PSTO. Estágio Sênior no Freudian-Lacanian Institute Après-Coup Psychoanalytic Association em parceria com a School of Visual Arts, New York (EUA). Estágio Pós-Doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris. Doutorado em Psicologia pela UNB e sanduíche na Universidade de Bath, Inglaterra, mestrado e graduação em Psicologia. Endereço eletrônico: anamag.mendes@gmail.com

readapted workers of a given category. Only one study sought to converge research and intervention. The studies show that the way have been conducted the readaptation process, often disregarding the employment context and blaming the worker, has generated more illness and even worsening the state of health of these professionals. Thus, the readaptation promise towards promotion the workers' health is not fulfilled. It suggests researches to propose interventions that envisage perspectives for improvements in working conditions and health of the teaching class, including investigations about professional rehabilitation among private school.

KEYWORDS: Functional readaptation. Literature review. Teaching work.

INTRODUÇÃO

A readaptação profissional ou funcional é um dispositivo do poder público que se destina a servidores que adoeceram e cujo adoecimento levou a limitações que os impedem de exercer a atividade laboral. Desse modo, o processo de readaptação tem como motivos problemas físicos e/ou psíquicos de saúde do trabalhador, relacionados à atividade profissional que, em um primeiro momento, geram afastamento do trabalho. Posteriormente, tem-se a possibilidade de reinserção laboral através do processo de readaptação. O crescimento do número de adoecimentos e afastamentos laborais, que são a causa da readaptação, reflete os impactos da reestruturação do capitalismo para o trabalhador. Mas ainda são escassos os estudos científicos que tratam da readaptação. Entre a promulgação de uma lei que dispõe sobre um direito do trabalhador e a efetivação desse direito a favor da sua saúde, existe um longo caminho que precisa ser analisado, ou seja, a forma como têm sido conduzidos os processos de readaptação profissional e os efeitos disso para os trabalhadores adoecidos precisam ser considerados e cuidadosamente analisados.

Desse modo, o presente estudo pretende analisar a produção científica brasileira que aborda o tema da readaptação profissional. Para isso, foram realizadas buscas de trabalhos empíricos e teóricos, sem delimitação de tempo, nas seguintes bases eletrônicas de dados: Scielo, PePSIC e Domínio Público, utilizando-se os seguintes unitermos: readaptação profissional, readaptação funcional e readaptação. Além disso, foram utilizados, como referências, estudos sobre readaptação profissional citados nas produções encontradas nessa primeira busca. Portanto, através da análise de pesquisas empíricas e estudos teóricos, pretende-se apresentar um mapeamento sobre os estudos de readaptação profissional no cenário científico brasileiro.

Nessa busca, foram encontradas oito dissertações de mestrado e oito artigos, sendo dois deles referentes a pesquisas realizadas nas dissertações. Desse modo, totalizam 14 trabalhos encontrados, um número que pode ser considerado reduzido dada a relevância de um tema referente à saúde mental no trabalho. Mostra o descompasso entre a dimensão do problema do adoecimento no trabalho e a escassa quantidade de publicações sobre o processo de readaptação. Em relação às áreas em que foram produzidos esses trabalhos, quatro foram publicados na área de Saúde

Pública, três na área de Educação, dois na Enfermagem e ainda aparece um trabalho em cada uma das seguintes áreas: Medicina; Psicologia; Engenharia de Produção; Ciência da Informação; Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação. A partir desse levantamento, pode ser observado a interdisciplinaridade do tema e ainda a necessidade de maior aprofundamento, dada dispersão com que está sendo estudado.

A partir da análise dessas publicações, no presente trabalho será feito uma breve introdução sobre o processo de readaptação profissional. Em seguida, será apresentado um panorama sobre o que está sendo estudado sobre readaptação profissional no Brasil, com os principais achados das pesquisas científicas. Por fim, será proposta uma discussão sobre a readaptação profissional como uma promessa que não se cumpre.

O PROCESSO DE READAPTAÇÃO PROFISSIONAL

A Lei Federal 8.112 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, na Seção VII, artigo 24, define que “readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica”. E ainda destaca no parágrafo 2º que “a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga” (BRASIL, 1990).

Trata-se de um processo longo que o servidor público precisa percorrer para cumprir os procedimentos burocráticos até que possa ser recolocado em outra atividade. Inicia-se com a avaliação do servidor pelos médicos da perícia para levantar a existência de patologia(s), cujo resultado pode levar que ele seja licenciado. O médico pode prorrogar o prazo da licença pelo tempo que avaliar como necessário, desde que não ultrapasse 24 meses. Alcançado esse prazo, o servidor submete-se a uma junta médica que procederá à perícia, para determinar se ele deve retornar ao trabalho normalmente, permanecer licenciado, retornar ao trabalho readaptado ou ser aposentado por invalidez. No caso de retorno ao trabalho como readaptado, em seu prontuário devem estar descritas as limitações do servidor para determinadas atividades. O processo de readaptação é reavaliado periodicamente, e o mais comum é a renovação (NUNES, 2000).

A legislação sobre a readaptação, destinada a servidores públicos, não determina a requalificação profissional nem o acompanhamento do trabalhador readaptado, apenas a sua realocação (FANTINI; SILVEIRA; LA ROCCA, 2010). No âmbito

das organizações privadas, existe o direito à reabilitação profissional, garantida pela Previdência Social. Por se tratar de um processo com particularidades e especificidades que o diferenciam da readaptação profissional, não será tema do presente artigo.

BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE READAPTAÇÃO PROFISSIONAL

Sobre os estudos tratados nessa revisão teórica, dentre oito as dissertações publicadas, seis tratam da readaptação funcional de professores, uma refere-se à categoria profissional de serventes e merendeiras de escola pública e uma a profissionais de uma equipe de enfermagem. Dentre os oito artigos, cinco trabalham o processo de readaptação entre professores, um abrange professores e técnicos administrativos de uma universidade pública e dois artigos referem-se à readaptação de profissionais de enfermagem, sendo um desses artigos referente à pesquisa da dissertação citada anteriormente. Assim, chama a atenção o fato de a grande maioria dos estudos sobre readaptação referir-se à categoria docente ou a profissionais da educação, com apenas dois estudos com profissionais da área da saúde. Desse modo, as pesquisas sobre readaptação abordadas no presente artigo, permitem analisar questões relativas ao trabalho docente no campo da saúde mental no trabalho.

A constatação de que a maioria dos estudos sobre readaptação aborda a classe docente vai ao encontro do fato de que a literatura científica aponta um aumento do índice de adoecimento laboral nessa categoria profissional (CARLOTO, 2002; FREITAS; FACAS, 2013; GUEDES *et al*, 2013). Duarte e Mendes (2013) referem-se aos professores da rede pública de educação como uma categoria adoecida, que sofrem com a falta de reconhecimento e com as precárias condições de trabalho, inseridos num cotidiano de violência social. Antunes (2014) aponta que o crescimento das readaptações no ensino público é muito mais complexo do que a simples constatação de adoecimentos e afastamentos laborais, pois reflete os impactos da reestruturação do capitalismo no sistema educacional e, conseqüentemente, nas condições e relações de trabalho docente.

Nesse contexto, serão apresentados os principais achados das pesquisas brasileiras sobre readaptação. Eles serão descritos em ordem cronológica para que se possa desenhar uma ideia da evolução desses estudos ao longo do tempo. Cabe ressaltar que, dentre os nove artigos encontrados, três referem-se a pesquisas realizadas e descritas nas dissertações; nesses casos, os achados do artigo e da respectiva dissertação serão tratados em conjunto.

Considerando que a lei federal que dispõe sobre a readaptação data de 1990, o primeiro estudo publicado sobre esse processo aconteceu em 2000, quando os problemas e contradições desse processo já eram evidentes. Nunes (2000), analisando

a (re)construção de sentido no trabalho por parte de merendeiras e serventes em situação de readaptação em escolas públicas do Rio de Janeiro afirma que, geralmente, a readaptação não resolve o problema das trabalhadoras com comprometimento de saúde, já que não é possível tratar um problema coletivo/epidemiológico com medidas individualizadas. Ao contrário da readaptação de professores que ocorre na grande maioria dos casos restringindo-se a realização de atividades na sala de aula, no caso das merendeiras e serventes elas são readaptadas na mesma função, apenas restringindo a realização de algumas atividades consideradas mais pesadas. A autora aponta para um grande paradoxo o fato de readaptação ocorrer na mesma função que gerou o adoecimento.

Em um estudo transversal descritivo de caráter quantitativo, Medeiros, Barreto e Assunção (2006) procuraram conhecer o perfil de professores afastados da docência por disfonia em Belo Horizonte entre 1996 e 2004. Destacaram que as funções mais frequentes exercidas pelos professores readaptados eram as de auxiliar de secretaria e auxiliar de biblioteca, tarefas para as quais não possuíam qualificação profissional, sendo, portanto, geradoras de conflitos. A disfonia foi apontada como a primeira causa de readaptação entre professores do município, seguida de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e dos transtornos mentais e comportamentais.

A dissertação de Gerlin (2006) procurou discutir o trabalho pedagógico desenvolvido por professores readaptados de escolas públicas do Espírito Santo como forma de produção de saúde dentro da escola, fato que parece não ter se confirmado. Em seus achados, a partir do relato de professoras readaptadas que trabalhavam na biblioteca, destacou-se o sentimento de desvalorização do trabalho realizado por parte dessas profissionais em função de não serem consideradas professoras. Ao mesmo tempo em que o trabalho atribuído a elas na biblioteca, na maioria das vezes, desqualificava seu histórico profissional, elas relatavam a sensação de que precisavam travar batalhas cotidianas na escola para assegurarem seu espaço profissional. Sendo assim, o estado de readaptação era vivido como castigo, uma vivência difícil no sentido de deixar de ser professora. Outro complicador refere-se à perda de direitos, entendida por algumas instâncias como justa pelo fato dessas professoras terem saído da regência. Esse fato era vivido como um processo que gera ainda mais desgaste para essas professoras, já fragilizadas pelo adoecimento e pelo sentimento de exclusão. A autora conclui apontando a readaptação profissional como um dos indicadores do processo de precarização do trabalho nas escolas públicas e ressalta o descaso dos órgãos governamentais sobre a situação dessas profissionais.

Esses achados vão ao encontro dos resultados da dissertação de Pezzuol (2008), que estudou a situação dos professores readaptados em escolas públicas do Estado de São Paulo. A autora aponta que a forma como o processo de readaptação tem sido realizado gera novos fatores de sofrimento, pela exclusão e angústia sentidas por quem

passa por esse processo. A pesquisa pode elucidar a falta de uma proposta coerente de integração e reabilitação dos professores readaptados como educadores, já que a maioria desses professores exerce funções distantes de sua formação. Essas tarefas lhes são designadas mais para suprir a falta de funcionários do que para o verdadeiro sentido de uma reabilitação, por não se tratarem de atividades que aproveitem suas capacidades no sentido do que ainda poderiam contribuir com o sistema educacional. Isso desencadeia, por parte dos readaptados, sentimento de inutilidade e diminuição do seu desempenho e da autoestima, uma verdadeira ruptura em sua identidade profissional. Para a autora, “esse professor deveria ter o reconhecimento e o incentivo para continuar se capacitando, para assumir novos cargos, no sistema educacional, pois esse profissional continua na ativa” (PEZZUOL, 2008, p. 176).

Seguindo a perspectiva de procurar compreender como professores vivenciam a experiência da readaptação, o estudo de Medeiros (2010) com docentes da rede pública do Distrito Federal, também corrobora com a perspectiva de que a readaptação deveria se configurar como uma possibilidade de continuidade de atuação desse profissional. Mas o que se observa é que a forma como tem sido conduzida tem gerado ameaça à sua identidade. A autora ressalta que embora tenha havido avanços em termos de legislação, percebe-se dificuldade de inserção dos princípios de uma verdadeira readaptação ou reabilitação no cotidiano escolar e denuncia: “uma norma é somente uma norma se não promover alteração na realidade a qual se destina” (MEDEIROS, 2010, p. 71). A indefinição de um *lócus* específico de atuação do professor readaptado, por exemplo, acaba por deixá-lo à mercê da sazonalidade daquele contexto escolar e da gestão da escola. Os relatos dos readaptados sobre a forma desrespeitosa e desumana com que são tratados pela junta médica, responsável por avaliar o adoecimento, é outro fator que mostra os desajustes do processo de readaptação em relação ao seu propósito de promoção de saúde. Invisíveis, mal vistos, taxados como improdutivos e mentirosos (por serem julgados de estarem forjando o adoecimento), os readaptados procuram formas de reagir ou de sobreviver nesse contexto hostil. Alguns, na busca por reconhecimento, acabam se sobrecarregando e não respeitando os limites de sua doença para mostrarem seu valor. Para outros, a falta de reconhecimento, de respeito e de perspectivas de ainda poderem ser úteis ao processo educativo, acabam gerando desânimo e acomodação diante da limitação imposta pela doença. A autora destaca a necessidade de políticas públicas que considerem os diferentes aspectos do processo de readaptação, desde o tratamento recebido dos peritos até a mobilização de toda a categoria no sentido de formação e informação sobre esse processo, evitando interpretações e conduções errôneas nos aspectos burocráticos e relacionais envolvidos.

Bastos et al (2010) estudaram o sentido do trabalho em bibliotecas para professores readaptados por meio da análise de discurso de uma rede virtual. Os

autores apontam um jogo tenso de sentidos do trabalho do readaptado na biblioteca: ao mesmo tempo que ele se apresenta como possibilidade de transformação do trabalho, já que a biblioteca é tida como um local de encantamentos e descobertas proporcionados pela leitura, esse trabalho é vivenciado por outros como um local de calvário e sofrimento, onde a readaptação é penosa.

Batista, Juliani e Ayres (2010) e Batista (2008) realizaram um estudo para identificar as causas que desencadeiam o afastamento para tratamento de saúde e compreender a vivência dos sujeitos nos processos de readaptação funcional em uma instituição hospitalar pública do interior paulista. Na mesma direção dos estudos anteriormente mencionados, destacam o sentimento de incompetência e de culpa do trabalhador adoecido. Ressaltam ainda a falta de conhecimento dos trâmites legais do processo de readaptação por parte da equipe responsável como outro dificultador para o trabalhador readaptado. E com isso, a situação vivenciada, com pouca clareza e transparência para o trabalhador e para sua chefia “desencadeiam na equipe julgamentos e opiniões carregadas de preconceitos e atitudes não solidárias para com o colega doente, culpabilizando esse membro da equipe pelo seu adoecimento e, inclusive havendo desconfiança de tal limitação e diagnóstico” (BATISTA, 2008, p. 135). Cacciari et al (2013) também estudaram profissionais de enfermagem readaptados para verificar seu estado de saúde a partir de dois questionários.

O estudo de Fantini, Silveira e La Rocca (2010) sobre o perfil de trabalhadores assistidos pelo Grupo de Readaptação Profissional de uma universidade, apontou que mais da metade dos afastamentos por motivos de saúde na instituição foi por transtornos mentais e comportamentais (50,7%) e 19,2% por distúrbios osteomusculares. Os autores concluíram que depois do processo de readaptação, a duração dos afastamentos diminuiu, mas não houve redução no número de afastamentos, apontando como falha no processo de readaptação o fato de a legislação não determinar a requalificação profissional e nem o acompanhamento do trabalhador readaptado.

Com o objetivo de analisar, sob o ângulo dos próprios trabalhadores, os sentidos da readaptação na vida dos professores de uma universidade pública, Arbex, Souza e Mendonça (2013) partiram do princípio de que a readaptação não pode ser reduzida apenas aos distúrbios clínicos que causaram o adoecimento, pois é um processo complexo, que compromete a vida das pessoas. Assim, defendem que a reinserção no trabalho pela readaptação possui importante significado para o trabalhador, pois seu afastamento por motivo de saúde gera uma nova condição de trabalho e de vida, levando-o a vivenciar relações singulares no próprio ambiente de trabalho, além de sentimentos de perda, frustração e fracasso. Os autores perceberam sentidos diferentes atribuídos à readaptação, abrangendo desde o aspecto da ameaça e da ruptura até o sentido de resistência e reinvenção. De qualquer forma, os readaptados sofrem discriminação, são tratados com desconfiança e sentem culpa. Destacam-se, ainda, a

não consideração pela dimensão coletiva do adoecimento e a desumanidade com que são tratados nos serviços de saúde da perícia e a burocratização excessiva do processo. Diante desse quadro, os autores defendem a adaptação do trabalho ao homem e não o contrário.

Vieira (2013) buscou analisar as dificuldades enfrentadas por professores da rede pública de Belo Horizonte em seu processo de readaptação funcional e compreender os elementos relacionados ao êxito ou ao fracasso desse processo. De maneira semelhante aos estudos já citados, destacou como um dos problemas da readaptação o impedimento dos readaptados de poderem exercer funções compatíveis com suas capacidades e com a preservação de sua saúde. A autora relaciona quatro fatores de fracasso na readaptação funcional: i) a visão negativa e preconceituosa de gestores e pares acerca dos professores em readaptação funcional; ii) a negação dos limites necessários à atividade profissional desses professores; iii) o isolamento dos professores do coletivo profissional docente; iv) atribuição de tarefas que subempregam as capacidades dos trabalhadores readaptados. Tendo ouvido, em sua pesquisa, diversos atores que compõem o contexto de readaptação funcional (médicos peritos e profissionais da equipe de saúde ocupacional, diretores e coordenadores de escola, professores não readaptados e readaptados), a autora conclui que é preciso ampliar a compreensão sobre a realidade vivida por trabalhadores readaptados. Desse modo, seria possível uma abordagem mais adequada a essa situação.

Duarte (2014), comparando dois processos de intervenção a partir da clínica psicodinâmica do trabalho (um com professores não adoecidos e outra com professores readaptados), pôde descrever a vivência do processo de readaptação por parte de professores da rede pública de ensino do Distrito Federal. Além das observações congruentes com as das pesquisas acima relacionadas, a autora destaca que a forma como se tem conduzido o processo de readaptação, ao invés de proporcionar uma chance para o professor adoecido se reestabelecer no trabalho, tem se tornado mais uma fonte de sofrimento. Esse sofrimento é advindo das relações do sujeito com as novas tarefas e de sua relação com os colegas e chefias, fonte de desvalorização, preconceito e exclusão (DUARTE, 2014; DUARTE; MENDES, 2013). Este estudo, além de evidenciar as vivências de professores readaptados, trouxe um avanço aos estudos sobre readaptação no sentido de propor uma intervenção: um espaço de escuta qualificada do sofrimento. A partir da escuta da clínica do trabalho com essas trabalhadoras, houve reconhecimento e legitimação das dificuldades que enfrentavam e passaram a se sentir mais fortalecidas com o apoio que receberam e que puderam dar umas às outras (DUARTE, 2014).

Antunes (2014) procurou problematizar sobre as causas sociais dos afastamentos e readaptações de professores da rede pública de São Bernardo do Campo/SP. Entende que o adoecimento pode ser visto como forma de resistência

do professor à estrutura do aparelho escolar mas, ao mesmo tempo, aponta que o arcabouço legal da readaptação não fornece uma nova chance ao profissional adoecido de reintegração social e profissional. Destaca a autculpabilização, a autodepreciação, a solidão e a discriminação como vivências comuns aos professores readaptados e que impactam questões identitárias desses sujeitos.

Em um estudo recente sobre o retorno ao trabalho de professores do ensino fundamental após afastamento por transtornos mentais, Macaia e Fischer (2015) concluíram que o processo de retorno ao trabalho, de modo geral, não teve a intenção de prevenir doenças, novos afastamentos ou promover a saúde.

Pelo panorama apresentado dos estudos sobre readaptação profissional, dois aspectos chamam a atenção. O primeiro diz respeito ao fato de a grande maioria dos estudos tratar da readaptação de professores, apontando, assim, para a incidência crescente de adoecimento nessa categoria profissional. Pensar no adoecimento de uma categoria profissional requer uma análise do contexto em que esse fenômeno está ocorrendo e dos aspectos históricos e culturais que o envolve. Carlotto (2002) aponta que a origem do termo professor remonta aos primórdios do surgimento dessa função no século XVI, quando as escolas ainda estavam sob a tutela da Igreja e necessitavam de pessoas que pudessem instrumentalizar o povo para a leitura das escrituras sagradas. Assim, “professor” era aquele que professava a fé e a fidelidade dos princípios da instituição e se doava sacerdotalmente aos alunos.

Ao doutrinamento religioso, a profissão docente passou para o doutrinamento ideológico para formar hábitos e comportamentos mais adequados à necessidade da indústria no século XIX (CARLOTTO, 2002). A partir daí, é possível compreender as crescentes exigências feitas ao professor, não só em termos de qualificação e conhecimento, mas também em relação à necessidade de desempenhar vários papéis na função de educar, remetendo ao aspecto missionário e sacerdotal da origem da profissão. Acrescente-se a isso a intensificação do trabalho docente a partir da introdução dos princípios neoliberais no sistema educacional, tanto privado quanto público.

Ainda nesse contexto histórico, há que se considerar que diferentes culturas irão “produzir” uma forma particular de ser docente. A título de exemplo, uma pesquisa realizada por Brito *et al* (2014) sobre as questões de saúde, gênero e reconhecimento comparando professores do Brasil e da França, apontou convergências e diferenças nas perspectivas dos trabalhadores desses países. Entre as convergências, foi apontada a importância do reconhecimento pelos alunos e do trabalho em equipe para a preservação da saúde desses profissionais. Mas os fatores de mal-estar docente tiveram causas diferentes. No Brasil, eles advêm, principalmente, da desvalorização da profissão e da precariedade das condições de trabalho, com destaque para o excessivo número

de alunos por turma e a necessidade de complementação salarial com assunção de mais de um vínculo de trabalho. Na França, o mal-estar está mais associado às dúvidas dos professores sobre a utilidade social do trabalho docente diante das reformas do governo no que se referem ao acesso massivo à escolaridade sem a contrapartida de fornecer condições adequadas para executá-las. Outro elemento a ser considerado nesse estudo refere-se ao fato de ser comum entre professores dos dois países a grande mobilização no desenvolvimento das atividades de ensino. Este forte engajamento no trabalho pode estar relacionado com uma idealização missionária, contida na origem da profissão. Estudos mostram a vivência de prazer no trabalho associada à identidade de ser professor pelo significado social da docência e pela dimensão afetiva existente na relação educativa (MORAES, 2005; NEVES; SELIGMANN-SILVA, 2006). Por outro lado, há que se destacar a armadilha nessa relação sem limites com as demandas do trabalho: o trabalhador, nesse caso, o professor, pode se envolver cada vez mais com o trabalho na busca por reconhecimento, que dificilmente acontece; então, em busca de mais reconhecimento, mais demandas vão sendo aceitas (FREITAS, 2013), podendo ser mais uma fonte de adoecimento no trabalho.

O segundo aspecto destacado da análise dos estudos sobre readaptação diz respeito ao fato de a maioria dos estudos convergir para análises do sentido da readaptação para trabalhadores readaptados, da avaliação do processo de readaptação e do perfil dos trabalhadores readaptados de determinada categoria profissional. Como é um tema recente, que começou a ser estudado nos anos 2.000, é compreensível que a produção científica se volte para estudos de natureza descritiva e exploratória sobre o fenômeno. A necessidade de descrever e compreender o problema da readaptação também pode ser visto pelo fato de 10 dos 14 trabalhos terem sido produzidos pela perspectiva de pesquisas qualitativas e ainda houve uma pesquisa de natureza quanti-

Mas há que se considerar que, uma vez que o problema e suas nuances estão descritos, o momento se torna propício para investigações que se proponham a algum tipo de intervenção no sentido de transformar ou trazer contribuições para os atores sociais que estão em situação de readaptação. O estudo de Duarte (2014) foi o único que descreveu uma intervenção com professoras readaptadas a partir da clínica psicodinâmica do trabalho, possibilitando a ressignificação do sofrimento por parte dessas trabalhadoras e um empoderamento desses sujeitos que se reengajaram no autocuidado e na luta pela sua saúde. Considerando a importância desse posicionamento por parte dos trabalhadores e da criação de políticas públicas que visem de fato a saúde no trabalho, uma agenda de pesquisas que vislumbre intervenções para melhorar o quadro descrito nos processos de readaptação profissional se faz necessária.

A READAPTAÇÃO PROFISSIONAL COMO UMA PROMESSA QUE NÃO SE CUMPRE

Como visto, o afastamento do trabalho por motivo de saúde gera para o trabalhador uma nova condição laboral, social e simbólica (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013). E no caso do professor readaptado, essa condição lhe afasta das atividades de sala de aula, trazendo a necessidade de ressignificar sua identidade profissional de professor. Segundo Medeiros (2010), a readaptação funcional do professor, que deveria representar uma possibilidade de continuidade de atuação profissional, pode acabar por se constituir em uma ameaça à sua identidade profissional. Arbex, Souza e Mendonça (2013) criticam a condução da readaptação numa perspectiva adaptativa no trabalho sem proporcionar a transformação da organização do trabalho que gerou o adoecimento.

Além da condição de readaptação implicar a necessidade de ressignificação profissional, existe um estigma negativo em relação aos professores readaptados, que sofrem com o preconceito, a desvalorização e a desconfiança por parte de seus colegas de trabalho e de seus gestores. Como agravamento a essa situação, ainda é comum que as novas atividades que lhe são impostas se tratem de tarefas fragmentadas, sem sentido e que não proporcionam realização profissional. Acrescenta-se a isso a relação desumanizada e desrespeitosa com que os readaptados são tratados pela equipe de saúde nas perícias médicas.

Haro (1998³, citado por NUNES, 2000), aponta que o objetivo institucional da readaptação profissional encontra amparo técnico na tradição da medicina do trabalho na perspectiva funcionalista de adaptação do indivíduo ao meio, nesse caso, ao trabalho. Desse modo, focaliza-se no exame do nexo causal da doença com os riscos do trabalho para que se possa identificar o residual laborativo do trabalhador visando seu retorno ao trabalho. O problema aqui é que o ambiente laboral é considerado de modo estático e imutável, ao qual o trabalhador pode ou não se readaptar. Ou seja, desconsidera-se a organização do trabalho que gerou o adoecimento ou o acidente e, conseqüentemente, a incapacidade.

Sobre essa característica do modo de vida contemporâneo de individualizar questões que são de ordem social, Bauman (1998) aponta que não há mais uma forma coletiva de lidar com os riscos da vida em sociedade, tendo sido essa tarefa privatizada. Ou seja, os riscos e contradições continuam a ser produzidos socialmente, mas o dever de enfrentá-los agora é individualizado. Nesse sentido, os dispositivos de previdência, tido antes como um exercício dos direitos do cidadão, hoje se transformaram no estigma dos incapazes. No campo do trabalho, por exemplo, aqueles que adoeceram

³ HARO, U. I. D. de. *Reabilitação profissional: o limiar entre a inclusão e a exclusão: uma reflexão sobre o modelo convencional de reabilitação profissional*. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1998.

ou se acidentaram em função das atividades laborais, ao invés de serem vistos como cidadãos com direitos, são considerados um estorvo para a sociedade e para o Estado. Bauman (2001) ainda ressalta a sensação de impotência advinda dessa individualização e os obstáculos à emancipação advindos das dificuldades de traduzir os problemas privados em questões públicas. E assim, vivenciam-se medos, ansiedades e angústias da vida contemporânea na solidão, sentimentos que não se condensam numa causa comum, sem que se possa vislumbrar a origem social da infelicidade.

Dejours (2013) problematiza essa individualização no mundo do trabalho trazendo à tona as consequências do desmoronamento dos coletivos de trabalho. Quando se pensa no contexto das novas formas de gestão do trabalho, em que imperam a avaliação individual de desempenho e os preceitos da qualidade total, observa-se o incentivo à competição entre os trabalhadores. Nesse cenário de desconfiança e medo, a solidariedade desaparece e a deslealdade torna-se banal, abrindo espaço para patologias da violência (contra si e contra os outros) como o assédio e o suicídio no trabalho (DEJOURS, 2013).

Nunes (2000) é categórica ao afirmar que, se a dimensão da readaptação é coletiva (social), a readaptação, como um processo que atua em uma perspectiva individualizante não cabe. E ainda acrescenta:

O que nós consideramos mais importante do que qualquer discussão sobre a readaptação é o fato de que ela não deveria ser necessária, mesmo que funcionasse, ou seja, o trabalho não deveria estar produzindo tantos adoecimentos, tantos(as) readaptados(as). Essa é a face mais indesejável do trabalho, prevalecendo e favorecendo o aparecimento de patologias, que por sua vez geram a necessidade de afastamentos dos(as) trabalhadores(as) de suas funções. (NUNES, 2000, p. 126)

Outro problema levantado pela autora é que o processo de readaptação também ignora o estado do trabalhador em termos de seus temores e suas esperanças em relação ao trabalho. O que importa é o residual laborativo, ou seja, o que o trabalhador ainda consegue realizar, o que muitas vezes é determinado sem a participação ou a consideração do próprio trabalhador. A desconsideração pelo protagonista na situação de readaptação, o trabalhador adoecido, é retratada não só pela forma desumanizada e desrespeitosa como são tratados pela equipe de “saúde do trabalhador”, como também por sua ausência no processo que vai definir seu futuro. Ao longo da definição do processo de readaptação, as decisões são tomadas unilateralmente pelos peritos e repassadas aos gestores escolares, sem esclarecimentos ou sensibilização sobre a adequada recepção do readaptado e sua condução no contexto laboral. O readaptado é simplesmente informado de suas limitações e, ao retornar ao trabalho, precisa travar uma longa batalha para que possa exercer funções compatíveis com elas e para ser aceito e respeitado naquele ambiente.

Desse modo, há que se considerar que a readaptação, como um direito do servidor público adoecido de continuar trabalhando dentro de suas condições físicas e psíquicas, não é observada nas práticas dos processos de readaptação. O que era para ser uma chance de recomeço, na grande maioria das vezes, passa a ser mais uma fonte de sofrimento podendo, conseqüentemente, gerar novos adoecimentos ou agravar o(s) já existente(s). A readaptação seria, então, uma promessa que não se cumpre. E além de não alcançar seu propósito, contribui para que os problemas de saúde do trabalhador continuem se propagando, gerando, não só prejuízo aos gastos públicos mas, principalmente, sendo fonte de sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendia apresentar um mapeamento sobre os estudos de readaptação profissional no cenário científico brasileiro, por meio de uma análise de pesquisas empíricas e estudos teóricos publicados sobre o tema. Foram encontrados oito dissertações e oito artigos de diferentes áreas do conhecimento, a maioria deles tratando de readaptação entre professores. Esse fato corrobora o aumento do índice de adoecimentos entre os trabalhadores docentes. Mas o baixo número de estudos científicos sobre readaptação contrasta com os elevados índices de adoecimentos no trabalho das mais diversas categorias profissionais.

Sobre os temas tratados nesses estudos, procuraram analisar o sentido da readaptação para os profissionais readaptados (ou outros agentes envolvidos nesse processo) ou avaliar o processo de readaptação, além de alguns estudos que buscavam traçar um perfil dos trabalhadores readaptados de determinada categoria profissional. Apenas um estudo buscou convergir pesquisa com intervenção propondo um espaço de discussão coletivo para professores readaptados por meio do método da clínica do trabalho.

A partir das análises e das problematizações levantadas, apreende-se que o adoecimento, fator que gera a necessidade de readaptação, não tem relação apenas com os fatores individuais, mas se insere numa perspectiva mais ampla de ordem social e econômica, em que se observam os impactos da ideologia neoliberal no contexto escolar. Na prática, o que se observa é a tendência de culpabilizar a vítima, atribuindo ao trabalhador adoecido toda a responsabilidade por seu adoecimento, como se fosse um sinal de sua fraqueza. Nesse sentido, desconsidera-se o contexto que gerou o adoecimento. E então, a promessa da readaptação no sentido de promoção da saúde do trabalhador, não se cumpre.

Considerando que os estudos até então empreendidos conseguiram descrever os problemas que permeiam o processo de readaptação profissional, principalmente

entre professores, sugere-se uma agenda de pesquisas que proponham algum tipo de intervenção ou que vislumbrem perspectivas de melhoria das condições de trabalho e de saúde da classe docente. Ainda como agenda de pesquisa, sugere-se que o processo de reabilitação profissional entre professores de escolas particulares seja investigado, já que se trata de um processo diferente da readaptação profissional destinado a servidores públicos tratado no presente artigo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, S. M. P. S. N. *Readaptação docente: trajetória profissional e identidade*. Dissertação. (Mestrado em Educação), Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.
- ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.
- BASTOS, G. G. *et al.* A voz dos sujeitos-readaptados em discurso: o lugar do bibliotecário. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.4, n.2, p. 76-94, 2010.
- BATISTA, J. M. *Afastamento por licença-saúde, readaptação funcional e suas implicações no gerenciamento de enfermagem*. Dissertação. (Mestrado Profissional em Enfermagem), Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2008.
- BATISTA, J. M.; JULIANI, C. M. C. M.; AYRES, J. A. O processo de readaptação funcional e suas implicações no gerenciamento em enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Botucatu, v.18, n.1, p. 87-93, 2010.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das funções públicas federais. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112compilado.htm.
- BRITO, J. *et al.* Saúde, gênero e reconhecimento: trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p. 589-605, 2014.
- CACCIARI, P. *et al.* Estado de saúde de trabalhadores de enfermagem em readaptação e readequação funcional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 66, n. 6, p. 860-865, 2013.
- CARLOTTO, M. S. A síndrome de burnout e o trabalho docente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002.
- DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, Lisboa, Portugal, v. 33, n. 2, p. 9-28, 2013.
- DUARTE, F. S. *Dispositivos para escuta clínica do sofrimento no trabalho: entre a clínica da cooperação e das patologias*. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações), Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

- DUARTE, F. S.; MENDES, A. M. Cuerpo docente: análisis psicodinámico del trabajo de profesores reubicados de Brasília, Brasil. *Praxis Revista de Psicología*, Santiago, v. 15, n. 23, p. 115-134, 2013.
- FANTINI, A. J. E.; SILVEIRA, A. M.; LA ROCCA, P. F. Readaptação Ocupacional de servidores públicos: a experiência de uma universidade pública. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 20, 2 Supl2, p. 59-65, 2010.
- FREITAS, L. G. Docentes, seu trabalho e a dinâmica de prazer-sofrimento. In: FREITAS, L. G. (Coord.), *Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente – pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 35-47.
- FREITAS, L. G.; FACAS, E. P. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho de professores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p.7-26, 2013.
- GERLIN, M. N. M. *Fiando textos e contextos: a narrativa tece o trabalho de professoras em bibliotecas escolares*. Dissertação. (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- GUEDES, A. M. A. *et al.* Mal-estar docente: quanto a prática compromete a saúde do professor. *Revista de Educação do Vale do São Francisco*, Petrolina, v. 02, n. 02, p. 44-54, 2013.
- MACAIA, A. A. S.; FISCHER, F. M. Retorno ao trabalho de professores após afastamento por transtornos mentais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n.3, p. 841-852, 2015.
- MEDEIROS, R. C. F. *Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado*. Dissertação. (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- MEDEIROS, A. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Professores afastados da docência por disфонia: o caso de Belo Horizonte. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 615-624, 2006.
- MORAES, R. D. Prazer e sofrimento no trabalho docente: estudo com professores de ensino fundamental em processo de formação superior. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 159-183, 2005.
- NEVES, M. Y. R.; SELIGMANN-SILVA, E. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6. n.1, p. 63-75, 2006.
- NUNES, B. O. *O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências), Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.
- PEZZUOL, M. de L. M. *Identidade e trabalho docente*. A situação do professor readaptado em escolas público do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação), Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2008.
- VIEIRA, R. C. *Readaptação funcional de professores no serviço público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Recebido em: 04 de agosto de 2016.

Aceito em: 10 de outubro de 2017.

